



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

#### 1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH) ou Grupo SGBH), esta que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:  
Extensão de linhas em km: 151  
Tensão em kV: 138/345/500  
Subestações próprias/acessadas: 4

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

##### 3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 41.142.733 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 39.311.501 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

##### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,77	2,18
• Liquidez corrente	8,01	1,91
• Relação patrimônio líquido/ativo	63,91%	54,04%
• Relação passivo não circulante/ativo	32,95%	39,09%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	6,52%	7,31%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	11,56%	14,99%
Ativos totais - R\$	468.233.059	397.612.948
Lucro líquido do exercício - R\$	19.502.738	15.697.239

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.781.152	11.388.120	11.244.946
Concessionárias e permissionárias	8	3.768.377	3.542.436	3.264.012
Contas a receber - partes relacionadas	22	136.581	104.164	126.957
Estoques		3.133.874	3.133.874	723.795
Impostos a recuperar		100.421	96.518	159.777
Ativos de contrato	9	34.312.164	32.881.140	29.912.376
Outros ativos circulantes		820.512	983.488	891.811
		<b>118.053.081</b>	<b>52.129.740</b>	<b>46.323.674</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Títulos e valores imobiliários	7	3.558.119	3.942.696	4.347.392
Ativos de contrato	9	343.438.701	338.460.005	318.770.338
Outros ativos não circulantes		2.400.569	2.400.569	2.400.569
Imobilizado		782.589	679.938	127.614
		<b>350.179.978</b>	<b>345.483.208</b>	<b>325.645.913</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>468.233.059</b>	<b>397.612.948</b>	<b>371.969.587</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores - terceiros		1.462.888	1.320.174	850.706
Fornecedores partes relacionadas	22	1.254.061	980.871	1.072.355
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	9.579.332	9.575.482	9.577.452
Impostos e contribuições sociais	11	624.812	504.626	449.107
Taxas regulamentares	12	1.209.079	936.258	815.161
Dividendos propostos	15	136.297	13.438.119	13.438.119
Outros passivos circulantes		467.513	558.055	430.485
		<b>14.733.982</b>	<b>27.313.585</b>	<b>26.633.385</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	128.828.551	130.416.927	131.898.963
Provisão para contingências	13	22.625	21.773	-
Impostos diferidos	14	25.412.055	24.991.258	23.265.073
		<b>154.263.231</b>	<b>155.429.958</b>	<b>155.164.036</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15			
Capital social		285.025.069	220.025.069	211.025.069
Retenção de lucros		13.493.423	-	-
Reserva legal		717.354	-	-
Prejuízos acumulados		-	(5.155.664)	(20.852.903)
		<b>299.235.846</b>	<b>214.869.405</b>	<b>190.172.166</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>468.233.059</b>	<b>397.612.948</b>	<b>371.969.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)</b>	<b>211.025.069</b>	-	-	<b>(20.852.903)</b>	<b>190.172.166</b>
Aumento de capital conforme AGE de 26 de junho de 2018	9.000.000	-	-	-	9.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.697.239	15.697.239
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>	<b>220.025.069</b>	-	-	<b>(5.155.664)</b>	<b>214.869.405</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.502.738	19.502.738
Aumento de capital conforme AGE de 08 de novembro de 2019	65.000.000	-	-	-	65.000.000
Constituição de reserva legal	-	717.354	-	(717.354)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	13.493.423	(13.493.423)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(136.297)	(136.297)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>285.025.069</b>	<b>717.354</b>	<b>13.493.423</b>	<b>-</b>	<b>299.235.846</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros - MG. A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. **1.1. Mudança na participação acionária:** Em 27 de outubro de 2014, a Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno. Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH) ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.. A SGBH é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.2. Da Concessão:** Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintr do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia. No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais: a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2. b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA. c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA. d) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kV 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia: e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 kV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba; f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2. Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas. **1.3. Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.916.000 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 39.311.501 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 41.142.733 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de

Prontuários Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na liquidação dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)</b>			
Receita operacional líquida	16	45.286.388	58.740.912
Custo da operação	17	(5.998.794)	(23.280.827)
<b>Lucro bruto</b>		<b>39.287.594</b>	<b>35.460.085</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(4.077.977)	(3.939.643)
Outras receitas e despesas operacionais		(624.021)	687.814
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>34.585.596</b>	<b>32.208.256</b>
<b>Resultado financeiro</b>	19	<b>(12.837.478)</b>	<b>(14.636.242)</b>
Receita financeira		1.487.927	789.201
Despesa financeira		(14.325.405)	(15.425.443)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>21.748.118</b>	<b>17.572.014</b>
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.245.380)	(1.874.775)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>19.502.738</b>	<b>15.697.239</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)</b>		
Lucro líquido do exercício	19.502.738	15.697.239
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>19.502.738</b>	<b>15.697.239</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)</b>		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>21.748.118</b>	<b>17.572.014</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13.605.269	14.501.825
Depreciação	83.790	35.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.854)	50.237
Provisão para contingências	852	21.773
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(214.087)	(328.661)
Contas a receber - partes relacionadas	(32.417)	22.793
Ativo de contrato	(6.409.719)	(22.658.433)
Estoques	-	(2.410.079)
Impostos a recuperar	(3.903)	63.259
Adiantamentos a fornecedores	(18.186)	(770.073)
Outros ativos	181.162	678.396
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	415.904	377.986
Tributos e contribuições sociais	(108.420)	845.310
Impostos pagos	(1.595.978)	(938.382)
Juros pagos	(5.830.038)	(6.683.521)
Taxas regulamentares	272.821	121.917
Outros passivos	(90.542)	127.570

#### Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

**21.992.772**      **628.888**</



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF n° 11.620.646/0001-98



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

**3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

**3.7. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais.

**3.8. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

**3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

**3.11. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**3.12. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação a margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

**3.13. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) **Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
- Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- 3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- 3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS**

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balço patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				11.388.120
Ativo de contrato	(i)	32.653.549	227.591	32.881.140
Demais ativos circulantes não impactados		7.860.480		7.860.480
		<b>51.902.149</b>	<b>227.591</b>	<b>52.129.740</b>
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	287.021.231	51.438.774	338.460.005
Demais ativos não circulantes não impactados		7.023.203		7.023.203
		<b>294.044.434</b>	<b>51.438.774</b>	<b>345.483.208</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>345.946.583</b>	<b>51.666.365</b>	<b>397.612.948</b>
	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2018</b>		

	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos			
- terceiros	9.575.482		9.575.482
- terceiros	13.438.119		13.438.119
Demais passivos circulantes não impactados	4.299.984		4.299.984
	<b>27.313.585</b>		<b>27.313.585</b>
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	130.416.927		130.416.927
Impostos diferidos	(ii) 24.327.321	663.937	24.991.258
Demais passivos não circulantes não impactados	21.773		21.773
	<b>154.766.021</b>	<b>663.937</b>	<b>155.429.958</b>
Patrimônio líquido			
Capital social	220.025.069		220.025.069
Prejuízos acumulados	(i) e (ii) (56.158.092)	51.002.428	(5.155.664)
	<b>163.866.977</b>	<b>51.002.428</b>	<b>214.869.405</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>345.946.583</b>	<b>51.666.365</b>	<b>397.612.948</b>

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	61.253.855	(2.512.943)	58.740.912
Outros		(41.168.898)		(41.168.898)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.925.606)	50.831	(1.874.775)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>18.159.351</b>	<b>(2.462.112)</b>	<b>15.697.239</b>

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	18.159.351	(2.462.112)	15.697.239
Outros resultados abrangentes				
<b>Total de resultados abrangentes</b>		<b>18.159.351</b>	<b>(2.462.112)</b>	<b>15.697.239</b>

Demonstração do fluxo de caixa		31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>20.084.957</b>	<b>(2.512.943)</b>	<b>17.572.014</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa				
(Aumento) redução nos ativos		14.609.612		14.609.612
Aumento (redução) nos passivos		(27.053.189)	1.650.391	(25.402.798)
		(7.012.492)	862.552	(6.149.940)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>628.888</b>		<b>628.888</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>				
(183.405)		(183.405)		(183.405)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>				
(302.309)		(302.309)		(302.309)
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>143.174</b>		<b>143.174</b>

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balço patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.244.946		11.244.946
Ativo de contrato	(i)	28.992.882	919.494	29.912.376
Demais ativos circulantes não impactados		5.166.352		5.166.352
		<b>45.404.180</b>	<b>919.494</b>	<b>46.323.674</b>
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	343.839.090	(25.068.752)	318.770.338
Demais ativos não circulantes não impactados		6.875.575		6.875.575
		<b>350.714.665</b>	<b>(25.068.752)</b>	<b>325.645.913</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>396.118.845</b>	<b>(24.149.258)</b>	<b>371.969.587</b>
	<b>Ref.</b>	<b>01/01/2018</b>		

Passivo		01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos				
- terceiros		9.577.452		9.577.452
- terceiros		13.438.119		13.438.119
Demais passivos circulantes não impactados		3.617.814		3.617.814
		<b>26.633.385</b>		<b>26.633.385</b>
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		131.898.963		131.898.963
Impostos diferidos	(ii)	25.794.107	(2.529.034)	23.265.073
		<b>157.693.070</b>	<b>(2.529.034)</b>	<b>155.164.036</b>
Patrimônio líquido				
Capital social		211.025.069		211.025.069
Retenção de lucros	(i) e (ii)	655.783	(655.783)	
Reserva legal		111.538	(111.538)	
Prejuízos acumulados			(20.852.903)	(20.852.903)
		<b>211.792.390</b>	<b>(21.620.224)</b>	<b>190.172.166</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>396.118.845</b>	<b>(24.149.258)</b>	<b>371.969.587</b>

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

**5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS**

**5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:** As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as inserções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção do CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.
- ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associadas a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. Se as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras.
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias anuais: CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras.
- 5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não

ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declarada que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou ocultamento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.467		
Bancos	1.611.376	1.694.297	2.453.420
Aplicações financeiras	74.168.309	9.693.823	8.791.526
	<b>75.781.152</b>	<b>11.388.120</b>	<b>11.244.946</b>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

Conta reserva - financiamentos	31/12/2019			31/12/2018			01/01/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Conta reserva - financiamentos	3.558.119		3.558.119	3.942.696		3.942.696	4.347.392		4.347.392
	<b>3.558.119</b>		<b>3.558.119</b>	<b>3.942.696</b>		<b>3.942.696</b>	<b>4.347.392</b>		<b>4.347.392</b>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	31/12/2019			31/12/2018			01/01/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
A vencer	3.639.191		3.639.191	3.621.344		3.621.344	3.109.559		3.109.559
Vencidas até 30 dias	15.415		15.415	5.899		5.899	211.496		211.496
Vencidas até 60 dias	3.850		3.850	577		577	4.941		4.941
Vencidas até 90 dias	3.705		3.705	2.756		2.756	403		403
Vencidas há mais de 90 dias	184.801		184.801	2.299		2.299	78.289		78.289
	3.846.962		3.846.962	3.632.875		3.632.875	3.404.688		3.404.688
(-) PCLD	(78.585)		(78.585)	(90.439)		(90.439)	(140.676)		(140.676)
	<b>3.768.377</b>		<b>3.768.377</b>	<b>3.542.436</b>		<b>3.542.436</b>	<b>3.264.012</b>		<b>3.264.012</b>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019			31/12/2018			01/01/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Saldo em 1º de janeiro	(90.439)		(90.439)	(140.676)		(140.676)	(21.114)		(21.114)
Reversão de provisão	11.854		11.854	50.237		50.237			
Complemento de provisão							(119.562)		(119.562)
Saldo em 31 de dezembro	<b>(78.585)</b>		<b>(78.585)</b>	<b>(90.439)</b>		<b>(90.439)</b>	<b>(140.676)</b>		<b>(140.676)</b>

9. ATIVOS DE CONTRATO	31/12/2019			31/12/2018			01/01/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Circulante	34.312.164		34.312.164	32.881.140		32.881.140	29.912.376		29.912.376



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98



### CONTINUAÇÃO NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

**(i) RGR:** Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 91.553. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 12.750. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

#### 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	22.625	21.773	-
	<b>22.625</b>	<b>21.773</b>	

**Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscais	82.630	-	-
	<b>82.630</b>		

#### 14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Impostos diferidos passivos (i)	25.412.055	24.991.258	23.265.073
	<b>25.412.055</b>	<b>24.991.258</b>	<b>23.265.073</b>

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R\$ 211.025.069, dividido em 211.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 26 de junho de 2018 foram subscritas 9.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 9.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 08 de novembro de 2019 foram subscritas 65.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 65.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 285.025.069, dividido em 285.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<b>100%</b>

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	19.502.738	8.564.703
Absorção de prejuízo	(5.155.664)	(717.354)
Reserva legal (5%)	13.629.220	136.290
Base de cálculo para os dividendos	13.629.220	136.290
Dividendo mínimo obrigatório	<b>136.290</b>	

#### 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	48.566.358	62.512.018
Receita de operação e manutenção	8.869.890	8.564.703
Remuneração dos ativos de contrato	39.133.684	37.787.007
Receita de construção	-	17.774.502
Outras receitas	562.784	(1.614.194)
Deduções da receita operacional	(3.279.970)	(3.771.106)
PIS (corrente e diferido)	(315.201)	(407.367)
COFINS (corrente e diferido)	(1.454.773)	(1.880.154)
RGR	(970.823)	(1.010.051)
P&D	(386.348)	(340.280)
TFSEE	(152.825)	(133.254)
	<b>45.286.388</b>	<b>58.740.912</b>

#### 17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.556.377)	(2.620.905)
Material	(326.438)	(153.643)
Serviços de terceiros	(1.282.341)	(817.110)
Arrendamentos e alugueis	(38.627)	-
Seguros	(165.135)	(191.326)
Tributos	(742.642)	(38.631)
Custo de construção	-	(17.774.502)
Custo de operação e manutenção	(632.228)	(255.069)
Outras	(255.006)	(1.429.641)
	<b>(5.998.794)</b>	<b>(23.280.827)</b>

#### 18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.860.002)	(2.900.661)
Administradores	(585.441)	(599.249)
Material	(59.385)	(25.915)
Serviços de terceiros	(432.478)	(320.023)
Arrendamentos e alugueis	(153.347)	(24.294)
Recuperação de despesas	719.770	68.940
Tributos	(4.550)	(4.743)
Depreciação e amortização	(10.050)	(8.985)
Provisões	4.507	29.265
Outras	(697.001)	(153.978)
	<b>(4.077.977)</b>	<b>(3.939.643)</b>

#### 19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	1.487.927	789.201
Receitas de aplicações financeiras	1.431.302	687.655
Outras receitas financeiras	56.625	101.546
Despesa financeira	(14.325.405)	(15.425.443)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.378.777)	(13.985.059)
Variações monetárias	(226.492)	(548.954)
Comissões	(557.745)	(454.301)
Outras despesas financeiras	(162.391)	(437.129)
	<b>(12.837.478)</b>	<b>(14.636.242)</b>

#### 20. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas brutas	48.566.358	63.514.000
Base de cálculo (8%)	3.885.309	5.081.120
Outras receitas	2.212.884	807.034
Base de cálculo	6.098.193	5.888.154
IR devido	(1.391.249)	(935.067)
(+) IR diferido/Outros	(125.051)	(512.983)
Total de IRPJ	<b>(1.516.300)</b>	<b>(1.448.050)</b>

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta	48.566.358	63.514.000
Base de cálculo (12%)	5.827.963	7.621.680
Outras receitas	2.212.884	807.034
Base de cálculo	8.040.847	8.428.714
CSLL devida	(661.553)	(149.714)
(+) CSLL diferido/Outros	(67.527)	(277.011)
Total de CSLL	<b>(729.080)</b>	<b>(426.725)</b>
Total de IRPJ/CSLL	<b>(2.245.380)</b>	<b>(1.874.775)</b>

#### 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

##### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.781.152	11.388.120	11.244.946
Títulos e valores imobiliários	7	3.558.119	3.942.696	4.347.392

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber				
- partes relacionadas	22	136.581	104.164	126.957
Concessionárias e permissionárias	8	3.768.377	3.542.436	3.264.012

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Empréstimos e financiamentos				
- terceiros	10	138.407.883	139.992.409	141.476.415
Fornecedores - terceiros	-	1.462.890	1.320.174	850.706
Fornecedores partes relacionadas	22	1.254.061	980.871	1.072.355

#### DIRETORIA

**Ramon Sade Haddad**  
Diretor Presidente

**Jorge Raul Bauer**  
Diretor

**Mariana de Oliveira Barbosa**  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Realimentação dos valores correspondentes**  
Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Mensuração do ativo de contrato**  
Conforme divulgado na nota 9 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$337.750.865. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia é de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

**21.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros de mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

#### 22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	136.581	104.164	126.957
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	92.452	83.658	106.957
Outros	44.129	20.506	20.000

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedor partes relacionadas	1.254.061	980.871	1.072.355
Outros	9.530	-	131
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.244.531	980.871	1.072.224

**22.2. Passivo:**

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	3.749.220	3.685.561
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(3.749.220)	(3.685.561)

**(i)** Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

#### 23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

#### 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e por responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
-------	-------------------	------------	------------